O ENSINO DA FILOSOFIA NO PERÍODO DA REFORMA POMBALINA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA FORMAÇÃO CULTURAL DO HOMEM BRASILEIRO: BREVE REFLEXÃOⁱ

Armindo Quillici Netoⁱⁱ

RESUMO:

Este artigo propõe uma reflexão a respeito do ensino da Filosofia no período da Reforma Pombalina. Busca mostrar as tendências que mais influenciaram a Educação, a Política e a Cultura no período da Reforma. Reflete sobre a perseguição sofrida pela Companhia de Jesus e as conseqüências para a Educação brasileira.

Palavras-chave: Educação – Filosofia – Jesuítas – Reforma Pombalina

PHILOSOPHY TEACHING IN POMBAL'S REFORM PERIOD AND ITS CONSEQUENCES TO THE BRAZILIANS CULTURAL CHARACTER: A BRIEF REFLECTION.

ABSTRACT:

This article is a reflection on the teaching of Philosophy in the period of the Pombal Reforms. It seeks to show the trends that most influenced Education, Politics and Culture in the period of the Reforms. It reflects on the persecution suffered by the Society of Jesus and the consequences for Brazilian education.

Key words: Education, Philosophy, Jesuits, Pombal Reforms

1- INTRODUÇÃO:

Este texto trata de uma reflexão sobre a Educação no período da Reforma Pombalina. Tem, como foco, a relação da Filosofia com seu ensino. A principal preocupação foi identificar qual Filosofia constituiu o Projeto de Educação após o período jesuítico, ou seja, após o ano de 1759, data da expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses. O Brasil foi atingido fortemente pela chamada Reforma Pombalina, principalmente pela destruição da Educação e expulsão dos jesuítas das terras de domínio português.

Marquês de Pombal pretendia implantar uma nova mentalidade, ou seja, uma nova concepção educacional e, por isso, a perseguição aos jesuítas, que defendiam uma visão filosófica voltada para o Tomismo-Aristotélico. A Filosofia que sustentou a mudança foi a tentativa de apostar numa visão voltada para o desenvolvimento científico do século XVIII, o Iluminismo. Pombal desejava acompanhar as mudanças que vinham assolando a Europa naquela época, e a presença dos jesuítas em território português dificultava a implantação do novo projeto econômico e cultural.

O texto aponta para os interesses econômicos da Reforma Pombalina, principalmente no desenvolvimento manufatureiro e a substituição do modelo Feudal da produção econômica. Trata ainda das conseqüências sofridas pelo Ensino Superior com a nova visão implantada.

Não será realizada nenhuma análise ideológica da nova concepção ditada pelo Marquês de Pombal, mas, sim, a identificação de qual Filosofia está presente nessa nova proposta que influenciou a Educação no Brasil. Assim, a questão que acompanhou a elaboração deste trabalho foi a procura de uma Filosofia presente nos projetos educacionais do período proposto.

No entanto este texto é resultado de parte da pesquisa desenvolvida para a elaboração da tese de doutorado, cujo interesse, naquele momento, foi o de identificar quais concepções de Filosofia contribuíram para a formação da Cultura e da Educação no Brasil. Para este texto, nossa preocupação está em trabalhar especificamente com o período da Reforma Pombalina. Os autores citados no texto são os que pesquisaram o tema e indicaram uma reflexão em que fosse possível dimensionar a concepção filosófica e cultural presentes nessa época.

2- OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO E DA FILOSOFIA NA REFORMA POMBALINA

Registra-se que, em 1759, os Padres jesuítas foram expulsos do reino português. Momentos de transformações políticas, econômicas e culturais ocorreram em Portugal, repercutindo na Educação do Brasilⁱⁱⁱ.

Esse acontecimento marcou o início de uma era distinta da anterior. As novas determinações, ditadas pelo então Marquês de Pombal traziam grandes mudanças no perfil econômico, cultural e, conseqüentemente, no educacional. Nessas circunstâncias, o interesse nas mudanças econômicas levou o Governador Geral de Portugal a agir de forma drástica, fazendo com que seguidores dos jesuítas, principalmente os indígenas, fossem forçados ao trabalho escravo, ou ainda submetidos a torturas que, muitas vezes, levavam à morte. Os principais objetivos da nova política econômica podem ser definidos da seguinte maneira:

O incentivo às manufaturas na metrópole; o incentivo à acumulação de capital público e privado e a substituição das ideologias orientadas para uma sociedade feudal, por outras, orientadas para uma sociedade capitalista. (Cunha, 1986, p.41).

O desenvolvimento da política de Pombal implicava libertar os índios dos padres, isto é, torná-los disponíveis para serem integrados à economia como escravos, se como não de direito, pelo menos de fato (salário simbólico) (Cunha, 1986, p.42).

Outro elemento fundamental que influenciou na expulsão dos jesuítas do reino português foi o surgimento do Iluminismo, que tinha bases no Movimento Renascentista e na Reforma Protestante. A exaltação da razão contrapondo-se à religião revelada, marca do século das luzes, em oposição à era das trevas, possibilita o surgimento das novas doutrinas democráticas e impulso do desenvolvimento científico, e a Educação ganha um novo rumo, tanto em Portugal como no Brasil.

Serafim Leite (1945), estudioso do papel dos jesuítas no processo de colonização, registra a seguinte observação sobre Pombal e sobre a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, baseando-se na lei de 03 de setembro de 1759, que trata da expulsão dos jesuítas:

A Companhia de Jesus em Portugal e seus domínios, incluindo o Brasil, foi a primeira vítima. O ministro absoluto decidiu castigar nos jesuítas de

Portugal, as ações dos jesuítas de Espanha e dos índios, que não eram seus vassallos. Não foi a causa única. Outras causas e pretextos influíram no seu espírito, obsidiado por um prurido de reformas, boas e más, sem adequado discernimento, e por um devoto e fámulo do Santo Ofício, com os seus tribunais de inconfidência, mesas censórias e cárceres, um intolerante e cruel perseguidor da liberdade de política e de pensamento (Leite, 1945, p.559)iv.

O ensino superior passou a ser atacado de forma veemente por Pombal. Havia presença forte de interesses ideológicos e econômicos em tais reformas. A legitimação da burguesia e da nobreza capitalista forçava as mudanças nas universidades. Em 1770, com a reforma da Universidade de Coimbra, percebeu-se marcadamente a influência da reforma de Pombal. À faculdade de Matemática e de Filosofia, juntaram-se as faculdades maiores de Teologia, Cânones, Direito e Medicina, com o objetivo de desenvolver o ensino das Ciências Naturais, o conhecimento da natureza baseado na observação.

A questão fundamental a que temos de responder é sobre a presença da Filosofia ou da Filosofia da Educação na Reforma Pombalina. No entanto encontramos algumas mudanças significativas do ponto de vista ideológico, educacional, econômico e político. Se houve um rompimento de Pombal com os padres jesuítas, isso não significou um rompimento com a Igreja; outras ordens religiosas continuaram a trabalhar e praticar a religião.

Quanto à Filosofia que se fazia presente na Educação, a Reforma tinha um vínculo com o Iluminismo, uma oposição à “era das trevas”, ou seja, à Idade Média. O Iluminismo, movimento intelectual do século XVIII, consistia em celebrar a razão em oposição a qualquer religião revelada, consistente com a fé na ordem racional do mundo, na exaltação da ciência experimental e da técnica. Cunha (1986) lembra que o Iluminismo era a continuação, pela física de Newton, da mecânica de Galileu”, ou ainda, completava o Renascimento e criava o espaço (ideológico) para o surgimento de doutrinas democráticas (Cunha, 1986, p 44).

Em Portugal, o Iluminismo não acompanhou a ilustração francesa e inglesa em todos os seus aspectos. O Iluminismo se compôs com a religião católica e a Igreja (Cunha, 1986, p. 45). Os padres Oratorianos incorporaram, em seus cursos, o ensino de física experimental e atraíram, ainda, setores da nobreza, como o próprio D. João V. Havia uma disputa em torno das questões gramaticais da Língua Latina: de um lado a arte gramatical do padre Álvares, usada pelos jesuítas; de outro, o novo método dos Oratorianos (Cunha, 1986, p. 51).

A reforma da Universidade de Coimbra, de 1770, é a mais conhecida medida de reforma educacional de Pombal. Às suas quatro faculdades maiores, de Teologia, Cânones, Direito e Medicina, foram acrescentadas as de Matemática e de Filosofia, destinada esta ao ensino das Ciências Naturais. O conhecimento da natureza, baseado na observação, em vez de deduzido do pensamento dos sábios antigos, transformou-se na principal atividade não só da Faculdade de Filosofia, mas também das de Direito e de Medicina. Essa reforma, em Coimbra, foi a destruição da velha Universidade, com seus colégios conventuais e o seu ensino imobilizado e imobilizante, e a criação da Universidade Moderna, muito mais aberta a toda a luz que vinha dos países de Newton, Descartes, Boerhave – ao mesmo tempo, que lucidamente atenta, pela primeira vez, a muitos aspectos da vida nacional (Cunha, 1986, p. 53).

O curso de Filosofia, no colégio de Artes de Coimbra, antes da Reforma, compreendia o programa escolástico - Jesuítico, conforme a *Ratio Studiorum*vi. Com um objetivo propedêutico, preparava os futuros estudantes para os cursos de Medicina, Teologia, Direito e Cânones. Com a Reforma, foi criada uma faculdade de Filosofia que, além de manter aquele objetivo propedêutico, assumiu um outro, o do ensino das Ciências Naturais como um fim em si mesma (Cunha, 1986, p. 53).

Para ingressar no Curso de Filosofia, o candidato deveria ter concluído os estudos de humanidades. A Faculdade de Filosofia passou a ter quatro anos letivos: 1) Filosofia Racional e Moral, 2) História Natural, 3) Física Experimental, 4) Química Teórica e prática. No segundo ano, os estudantes deveriam cursar, além daquela cadeira, a de Geometria Elementar na Faculdade de matemática. A cadeira de Filosofia Racional e Moral era freqüentada também pelos estudantes de outras faculdades (Cunha, 1986, p. 54). Os autores lidos no Curso de Filosofia eram os que divulgavam os ideais de uma nova visão de ciência e que tivessem a preocupação de combater Aristóteles.

Pombal passou a ser em Portugal, uma espécie de seguidor dos novos ideais e de uma nova política que rondavam a Europa de sua época. A grande tendência européia era romper com a escola Cristã e fundar uma prática educacional estatal. Para isso, é necessário lembrar-se dos pensadores que, na Europa, já vinham anunciando uma nova visão de homem que se instaurou a partir do século XIV e XV: os enciclopedistas; Diderot, D'Alembert e o pai da Pedagogia Moderna, que foi Rousseau. Manacorda (1989) vê em Bacon, Comênius e Leibniz, ou seja, todo o século XVII e a primeira metade do século XVIII, a grande virada na história da cultura (Manacorda, 1989, p. 240). A escola estatal, na segunda metade do século XVII, ganha um significado preponderante:

em 1763, aparecia o *Essai d'éducation national* de Louis René de la Chalotais (1701 – 85), um dos protagonistas da expulsão dos jesuítas da França, apreciado por Voltaire. Esse ensaio, ele protestava contra a tradicional expulsão dos leigos do ensino e reivindicava uma Educação que dependesse somente do Estado, porque, dizia: “é justo que os jovens do Estado, sejam educados pelo pessoal do Estado. Na Alemanha, Johann Bemhardt Basedow (1723 – 90), uma figura discutida, que Kant apreciou, Herder desprezou e Marx depois escarnece, sustentava a laicidade e a estabilidade do ensino (Manacorda, 1989, p. 245).

Há certo entendimento entre os autores sobre a influência da nova mentalidade em toda a Europa, Manacorda e Filangieri, na Itália, expõem o seguinte comentário: Das leis sobre a Educação, os costumes e a instrução pública. Na Áustria, Maria Teresa, com a seguinte frase: a instrução é e sempre foi, em cada época, um fato político (Manacorda, 1989, p. 247). Sem conseguir instaurar com sucesso o sistema de ensino, Pombal destruiu o que vinha sendo praticado na Educação sem qualquer plano sistemático de estudos. Em 1842, os jesuítas voltaram ao Brasil, 83 anos depois de sua expulsão, fundaram o colégio em Desterro, Santa Catarina e o seminário de Pernambuco, assim como outrosvii.

A Reforma Pombalina de Portugal, que culminou na expulsão dos jesuítas (1759), produziu reflexos imediatos na Colônia, provocando o desmoronamento do aparelho de Educação montado pelos padres da Companhia de Jesus. Pombal ordenou que fechassem 24 colégios, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários maiores, além de um número não determinado de seminários menores e escolas de ler e escrever (Azevedo, 1971, p 547).

Com a expulsão dos jesuítas, foram criadas as aulas régiasviii, aulas de disciplinas isoladas. Embora tenham pouca importância para a História da Educação, as aulas régias

representam alguma mudança, tanto positiva como negativamente. É necessário observar que a Igreja continuavam a participar das decisões políticas e principalmente da Educação.

A Educação que era dada quase que exclusivamente em escolas confessionais, nos colégios de padres, passou a ser ministrada nas aulas e escolas régias por mestres nomeados, de acordo com os Bispos, e pelos padres – mestres e capelães de engenho (Azevedo, 1971, p. 551).

Com o fechamento dos Colégios dos jesuítas, na Bahia, Recife, Olinda, Piratininga, no Rio de Janeiro, em São Luís, Belém e Mariana, dá-se a criação de cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda. No curso do Rio de Janeiro, a Filosofia aparecia nos estudos maiores, que funcionavam em um convento e dividiam-se em dois cursos, segundo Cunha (1986); o de Filosofia e o de Teologia. O curso de Filosofia era propedêutico ao segundo, mas dentro de uma nova posição.

No primeiro ano, estudava-se Filosofia Racional, compreendendo a lógica e a Metafísica. No segundo ano, Filosofia Moral, abrangendo Ética e Direito Natural. No terceiro ano, estudava-se a Filosofia natural dividida em Geometria Elementar, História Natural e Física Experimental (Cunha, 1986, p. 58)ix.

Os novos ideais e objetivos do curso de Filosofia estavam presentes nos projetos do Pe. Azeredo Coutinho; para ele, os estudos de Filosofia ou de Ciências Naturais,

seriam verdadeiros centros de estudos tecnológicos onde os futuros sacerdotes, agentes da modernização econômica, aprenderiam toda a sorte de conhecimentos úteis à agricultura e à mineração (...) (Cunha, 1986, p. 65).

A Reforma do Marquês de Pombal rompeu com a companhia de Jesus e não com a Igreja, daí a permanência da ideologia do cristianismo católico. O que houve foi uma rejeição ao modelo de Educação e catequese implantado pelos jesuítas. O curso de Filosofia de Olinda estava estruturado dentro das idéias pedagógicas mais progressistas da época:

uma concepção pedagógica inspirada no verdadeiro método de estudar, do padre Luiz Antonio Verney. Este autor inspirou-se nos pensadores que elaboravam as bases da ideologia da sociedade capitalista, principalmente John Locke (Cunha, 1986, p. 61) x.

Na pesquisa de Cunha (1986), encontramos uma citação sobre Manoel Cardoso, que

comparou os documentos de criação dos cursos superiores do Rio de Janeiro e de Olinda, concluindo que houve um arrefecimento do ímpeto reformista na direção do Iluminismo. Os estatutos dos franciscanos, mais próximos da Universidade de Coimbra, não poupavam espaço no combate à escolástica (...) (Cunha, 1986, p. 65).

Quanto à Filosofia, tinha lugar cativo nos seminários e foi vista como ciência natural, formava os sacerdotes para exercerem o papel de agentes da modernização econômica. A Filosofia deixava de ter um caráter meramente abstrato e buscava uma realização mais concreta.

O momento que compreende a Educação jesuítica e Pombalina não apresentava uma Educação superior destinada diretamente à população, mas atendia à formação de sacerdotes ou somente à elite brasileira. Ao comentar a expulsão dos jesuítas, Azevedo esclarece que: o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial de ensino Jesuítico (Azevedo, 1971, p. 547).

Azevedo (1971) apresenta, ainda, uma crítica com base na instituição das aulas régias, mostrando que acarretou uma fragmentação em relação ao conteúdo trabalhado pelos padres jesuítas. O autor expõe, numa nota de rodapé, a opinião de Rodrigues, que transcrevemos:

essa fragmentação não foi apenas formal, mas essencial: essencial (escreve ele) por terem nessa época influído poderosamente as tendências do enciclopedismo francês, cuja orientação foi seguida por Pombal que a quis imprimir ao colégio dos Nobres (...) (Azevedo, 1971, p. 551).

A Filosofia, na Reforma Pombalina, deixou de ocupar o espaço doutrinário do catolicismo Jesuítico, o vínculo com a visão medieval do Ratio e passou a receber uma influência Iluminista. O ensino de Filosofia passou a privilegiar os gregos e a concepção moderna fundada nas ciências naturais^{xi}. Temos de considerar, ainda, que essa “reforma” não representou, de fato, uma mudança da prática dos educadores que aqui estavam; aquela prática antiga permaneceu por muito tempo. As mudanças nunca são imediatas, mormente, quando tratamos das Ciências Humanas e Sociais. Entretanto, de uma forma ou de outra, com a Reforma, houve a influência de uma nova mentalidade na realidade brasileira a partir de Pombal. Ele abriu as portas para que novas concepções influenciassem a Educação brasileira. O mérito não estava somente no ensino da Filosofia, mas também na “nova” mentalidade da Educação oferecida à população.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O texto que ora trabalhamos é parte de uma pesquisa que visa identificar o papel do ensino de Filosofia nas várias fases da colonização brasileira. Neste momento, nosso interesse é o de desvelar o papel da Filosofia durante o processo de implantação da Reforma Pombalina.

Nossa maior dificuldade foi identificar qual Filosofia realmente estava inerente ao processo de implantação do novo modelo educacional, já que não havia um modelo claro que justificasse a concepção de Educação. Conforme o próprio texto expõe, a Filosofia ficou fragmentada diante da postura de Portugal em buscar uma nova identificação com o Iluminismo. As chamadas aulas régias não conseguiram compor uma unidade de pensamento em que se poderia identificar uma Filosofia objetiva, diferentemente do período anterior, o jesuítico, que trazia muito claro o seu projeto, a Ratio Studiorum.

Com a tentativa de modernizar das relações econômicas, mas sem deixar de lado a exploração da mão-de-obra, agora, buscando escravizar os indígenas e acompanhar o capitalismo dos países mais desenvolvidos, Portugal não consegue atingir seus objetivos na proposta educacional. Porém surge uma nova oportunidade para o Ensino Superior, não mais centralizado na formação teológica, mas, sim, na preocupação com a formação científica. Nesse sentido, a dúvida que fica é se a Filosofia tenta superar sua condição de

propedêutica da Teologia e estabelece o embrião para a construção de seu novo papel na Educação brasileira.

No período da Reforma Pombalina, a Educação e a Filosofia se manifestaram de forma frágil e de pouca consistência para a formação de uma cultura essencialmente brasileira. Não se pode dizer que não havia uma Filosofia, a concepção aristotélico-tomista, trazida pelos padres jesuítas, não desapareceu com a expulsão dos “militares da fé católica”. Por sua vez, o projeto iluminista não se vinculou como uma diretriz de mudança e inovação por falta de uma estrutura capaz de atingir as comunidades mais longínquas do território brasileiro. Restaram, no entanto, aos cursos superiores, a tarefa de trabalhar uma nova forma de ver o mundo e atuar para a sua transformação, o que foi insuficiente devido ao pequeno número de estudantes que chegavam aos bancos das escolas superiores.

Assim, a Reforma Pombalina conseguiu destruir grande parte do trabalho desenvolvido pelos jesuítas, porém, não conseguiu dar conta nem mesmo da substituição do vazio deixado pela Ordem, sendo possível destacar como algo importante a presença da nova mentalidade, ou seja, a presença de uma preocupação com a formação científica das novas gerações de estudantes.

4- BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos. 1971.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

_____. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

LEITE, Serafim. *Características da Companhia de Jesus*. São Paulo. 1989.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938 (tomos I e II); Instituto Nacional do Livro, 1943 (tomos III e IV), 1945 (tomos V e VI), 1949 (tomos VII, VIII e XIX).

_____. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil, 1549 – 1760*: Livraria A. I. Braga – Portugal. 1993.

MANACORDA, M. A. *História da educação da Antigüidade aos nossos dias*. São Paulo. Cortez, 1989.

PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. SP. Grifalbo-Edusp, 1974 (Col. História das idéias no Brasil).

Recebido em: agosto/2007

Aprovado em: setembro/2007

ⁱ Este artigo é parte do primeiro capítulo da tese de doutorado apresentada em 01/05/01, na Faculdade de Educação da Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice.

ⁱⁱ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Superior do Centro Universitário do Triângulo – UNITRI – Uberlândia/MG.

ⁱⁱⁱ Dos padres e irmãos que estavam no Brasil, somavam 670 membros ao todo, sendo que 417 deixaram o país por motivo do exílio (Leite, 1993, p.231).

^{iv} Interessante observar que um representante dos jesuítas reivindique a liberdade de pensamento, uma vez que a postura da concepção defendida é extremamente objetiva e sem nenhuma possibilidade de pensamento livre.

^v Sobre a função educativa implantada por Pombal, Fernando de Azevedo indica que: *A paisagem escolar adquiriu, sem dúvida, a maior variedade de aspectos, com a introdução do ensino de Grego e do hebraico, das línguas modernas, como o francês e o Inglês e, sobretudo das ciências matemáticas, físicas e naturais, na Universidade de Coimbra que passou em 1772 por uma profunda transformação, - a mais importante das reformas de estudos universitários de Portugal* (Azevedo, 1971, p. 550).

^{vi} *Ratio Studiorum*, verdadeiro código pedagógico dos jesuítas. O primeiro esboço da *Ratio* data de 1586, e promulgou-se, depois da impressão definitiva, como lei geral da Companhia de Jesus, no dia 8 de Janeiro de 1599 (Leite, 1938, P.71).

^{vii} A volta dos padres jesuítas ao Brasil se deu a 83 anos depois de sua expulsão pelo Marquês de Pombal, e 28 anos após o restabelecimento da Companhia de Jesus por Pio VII, eram padres Espanhóis. Fundando, em 1842, a sua primeira casa religiosa em Porto Alegre, dedicaram-se a princípio, como nos lembra o Pe Manuel Madureira, exclusivamente ao ministério apostólico e à catequese dos índios. O primeiro colégio que estabeleceram, em Desterro, hoje Florianópolis, teve, na sua fase inicial, uma vida efêmera, posto que fecunda. Em 1853, devido a um surto de febre amarela, no sul, fecharam-se o colégio criado em 1845 pelos padres espanhóis, para se reabrir, já sob a direção dos padres da Província Romana, em 1865, e ser novamente fechado em 1880 e, mais tarde, reaberto, desta vez, pelos jesuítas da Província da Alemanha. Em 1867, os padres Espanhóis, - os primeiros que voltaram ao Brasil pelo sul, no século XIX, foram completamente substituídos pelos padres da Província da Alemanha, aos quais o Padre-Geral confiou, nestes últimos tempos, a missão do Rio Grande do Sul, reunindo a esta, com a designação de Província Meridional do Brasil, Santa Catarina e Paraná. Por determinação do padre - Geral, como se vê, instalaram-se no Sul os jesuítas alemães (1849) e, no centro, os padres da Missão Italiana. Esta resolução, com que se transferiu, em 1867, dos padres espanhóis para os da Província da Alemanha, toda a região do Rio Grande do Sul, se lhe incorporou mais tarde à de Santa Catarina e Paraná, foi certamente motivada pela corrente imigratória alemã que, iniciada, ainda no tempo de D. João VI, com as colônias de Leopoldina e Nova Friburgo e retomada por Pedro I, com a fundação de São Leopoldo, no Sul, e pelo governo de Pedro II, em 1840, com a de Petrópolis, teria, como escreve Euclides da Cunha, desde 1850, com a vinda de Hermann Blumenau, um traçado contínuo de que restam como pontos determinantes: Blumenau, Joinville, Mundo Novo, São Lourenço, Teutônia e outras. (Cunha Euclides. *À margem da história*. Porto, 1992, pág. 275). Em 1870, os jesuítas alemães fundaram, em São Leopoldo, o Ginásio de Nossa Senhora da Conceição (1870 – 1912), e os jesuítas Italianos, depois de terem criado, em 1867, o Seminário e o colégio de Pernambuco, que fechou em 1873, fixaram-se, definitivamente, na região central do país. Foi por essa época que fundaram, em Itu, o Colégio de São Luís (1867 – 1917), que se transferiu, em 1917, para São Paulo e, em Nova Friburgo, o Colégio Anchieta (1886), que fechou em 1922, e em cujos edifícios se instalou a Casa da Companhia de Jesus, destinada ao noviciado e à formação humanística e filosófica dos futuros jesuítas. Esses dois colégios, o de São Luís e o de Anchieta, dos mais reputados do seu tempo, prestaram serviços inestimáveis à Educação da mocidade, este, em cerca de 40 anos, e aquele, durante meio século de existência. Fechado o Colégio Anchieta, abriram os padres da antiga Missão Italiana, hoje Província brasileira, o Colégio de Santo Inácio, que é um dos melhores ginásios e dos mais frequentados do Rio de Janeiro. Expulsos os padres jesuítas de Portugal, quando se proclamou a República nesse país, em 1910, o Brasil foi um refúgio desses exilados, - os padres da província portuguesa, que se estabeleceram no Norte, em Pernambuco, no Ceará e na Bahia, com seus colégios para a Educação de adolescentes” (Azevedo, 1971, P. 601).

^{viii} *Aulas Régias*, consideradas aulas avulsas: o Ensino Secundário, pelos jesuítas, era organizado em forma de cursos, que na verdade eram as Humanidades. Na Reforma, passa-se às aulas avulsas de latim, grego, de retórica, etc.

^{ix} *Foram criadas no Brasil, aulas de grego, hebraico, Filosofia, teologia, retórica e poética, desenho e figura, aritmética, geometria, francês, quase todas independentes, funcionando em locais distintos. Entretanto, essa*

“fragmentação” da cultura veiculada pela escola não chegou, segundo Azevedo, a provocar maiores danos para a unidade cultural da Colônia (Cunha, 1986, p. 55).

^x Os estudos do seminário começavam pelo curso de gramática, também chamado de latinidade, com três anos de duração. No segundo ano, os alunos passavam a traduzir textos de Suplício Severo, César e Cícero. No terceiro, traduziam Salústio, Tito Lívio, Terêncio, além de alguns poetas latinos (Cunha, 1986, p. 62). O curso de Filosofia tinha dois anos de duração, após o de retórica. No primeiro ano, era estudada a ‘Lógica, a Metafísica, a Ética e parte da Física Experimental (compreendendo a mecânica, a hidrostática e o princípio das máquinas) (Cunha, 1986, p. 63). Paim (1974), em *A História das Idéias Filosóficas no Brasil*, faz alguns comentários importantes sobre as mudanças do ensino após Pombal: (...) três correntes intervieram ativamente na crítica da escolástica em Portugal, durante o séc. XVIII, a saber: o cartesianismo, o empirismo e o ecletismo (Paim, 1974, p. 154).

^{xi} A reforma dos estudos filosóficos constitui o objeto das cartas Oitava a Décima-primeira. Nelas, o autor dá um balanço da situação do ensino da Filosofia em Portugal e justifica um novo programa para as seguintes disciplinas: a) História da Filosofia; b) Lógica; c) Física; e d) Ética. Nesse conjunto, o lugar de primeiro plano deveria ser ocupado pela Física. (Paim, 1974, p. 156).